



# SIQUIRJ

## INFORMA

Nº 205

Nov/2018

As decisões do TRT-RJ após a Reforma Trabalhista

## Encontro no Siquirj com o Desembargador Marcos Pinto da Cruz

No último dia 27 de novembro, o Siquirj teve a honra de receber em sua sede social o Desembargador Marcos Pinto da Cruz, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, oportunidade em que realizou uma exposição sobre as decisões do TRT-RJ após a Reforma Trabalhista.

O evento, que foi aberto a todas as empresas químicas associadas ao Siquirj, contou também com a ilustre presença do Juiz do Trabalho Filipe Ribeiro Alves Passos, com a mediação do advogado da entidade patronal, Waldir Nilo Passos.

Na abertura do evento, Isaac Plachta, presidente do Siquirj, agradeceu a presença dos ilustres magistrados e a pronta aceitação ao convite formulado pelo sindicato, através do advogado Waldir Nilo Passos, ao Desembargador Marcos Pinto da Cruz.

O Desembargador iniciou sua apresentação destacando que as principais mudanças ocasionadas pela Reforma Trabalhista não se encontram no âmbito do direito material, mas processual (honorários, custos, gratuidades, falso testemunho) fazendo com que as reclamações iniciais sejam ingressadas na Justiça do Trabalho com maior prudência, pois estão sendo aplicados de fato os novos dispositivos que tratam das custas dos processos. Com isso, reduzindo num primeiro momento o número de ações trabalhistas em 70%.

Atualmente, tal índice atinge a marca de 30%, pois os processos começam a se adaptar à nova realidade, retomando aos poucos seu habitual fluxo, sustentados em uma veracidade mais sólida.

Na atual legislação, por exemplo, comprovado o falso testemunho, além do processo crime que responderá perante a autoridade competente e que já tinha previsão na Lei, o Juiz poderá aplicar à testemunha uma multa que pode ir de 1% a 10% do valor corrigido da causa, devida independentemente de eventual retratação.

Destacou ainda que há muitos processos anteriores à nova lei e que os mesmos estão sendo julgados conforme dispositivos anteriores à reforma, sob a vigência da lei anterior (Lei nº 5.584/70).

Após a exposição do atual funcionamento da Justiça do Trabalho, o Desembargador abriu a oportunidade para que os presentes pudessem pautar a reunião a partir de seus questionamentos, gerando um frutuoso momento para as empresas, que puderam sanar diversas dúvidas e inseguranças jurídicas frente à nova legislação.

O Desembargador destacou com veemência a importância de se firmar uma Convenção Coletiva de Trabalho, ressaltando a segurança para as empresas, quanto para os trabalhadores, de uma norma geral, protegendo todos os envolvidos legalmente.

Ao fim dos debates, o presidente Isaac Plachta retomou a palavra para agradecer a gentileza do Desembargador Marcos Pinto da Cruz, ao Juiz do Trabalho Filipe Ribeiro Alves Passos e à mediação do advogado Waldir Nilo Passos. A seguir, passou a palavra ao advogado Humberto Carlos Turlão, coordenador da Comissão de Política Social e Trabalhista do Siquirj, para que apresentasse a constituição de uma nova comissão técnica do sindicato, voltada especificamente para a área de Recursos Humanos.

Humberto Carlos Turlão informou aos presentes que a nova comissão tem por objetivo avaliar, discutir, apresentar sugestões que possam contribuir às empresas associadas ao Siquirj para o bom andamento dos processos de gestão de RH. Pontuou que brevemente, talvez no início do próximo ano, seja consolidada a primeira reunião, de implantação, oportunidade em que se estabelecerá um coordenador e a composição de seus membros.

Editorial

### Vamos torcer pelo Comperj

As medidas que o novo governo anuncia, como a redução do número de impostos, simplificação da burocracia em geral, incentivo à criação de negócios privados, equacionamento do déficit fiscal, reforma da previdência, redução do tamanho do Estado e a abertura comercial do Brasil com países fora do Mercosul são – todas – positivas e necessárias.

A proposta é estabelecer um ciclo virtuoso; melhora a produtividade, fortalece a competitividade, aumenta o mercado, estimula o investimento, amplia a demanda por mão-de-obra, cresce a distribuição de renda, que alarga a demanda, exacerba a competição, etc. E o ciclo virtuoso se fecha num modelo simplificado de solução para sairmos da crise.

O Governo tem que ser produtivo, o que significa ser menor, não se intrometer nos empreendimentos privados e equilibrar as suas despesas correntes.

Veja que 1,5 milhão de funcionários públicos são responsáveis pela metade do déficit correspondente a 30 milhões de aposentados. Como pilotar uma reforma previdenciária, quando o Senado aprova uma correção salarial do Judiciário que aumenta, indiretamente o custo daquele 1,5 milhão de funcionários públicos?

Coisas boas também acontecem, serão baixadas para 2% as tarifas de importação de 57 produtos químicos no âmbito do Mercosul. Estes itens não têm concorrentes no mercado brasileiro, sendo usados na fabricação de tintas, cosméticos e alimentos. Insumos mais baratos significam aumento de competitividade para nossos produtos, conforme as metas do governo eleito.

E a retomada das licitações de campos de petróleo e gás, também vitaliza diretamente a indústria química fluminense, com a economia do nosso Estado de um modo geral. A retomada do projeto do Comperj, a ser decida em breve, também terá reflexos positivos na economia estadual.

## Abertura comercial terá “ensaio” em dezembro

O governo Michel Temer pretende baixar as tarifas de importação para 57 produtos químicos, em sintonia com o discurso de abertura comercial defendido pelo economista Paulo Guedes e seus auxiliares. A medida deverá ser tomada em conjunto com os demais países do Mercosul, em dezembro, durante a cúpula presidencial do bloco. Esses itens teriam suas alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC), hoje entre 10% e 14%, reduzidas para apenas 2%.

São insumos utilizados por fabricantes de tintas e revestimentos, refrigerantes, cosméticos, sorvetes, e chocolates, entre outros. Praticamente não têm concorrentes nacionais ou no Mercosul. Em 2017, as importações brasileiras dos 57 produtos atingiram cerca de US\$ 160 milhões.

Trata-se de um primeiro “ensaio” de liberalização comercial pelo bloco sulamericano. Mas, nesse caso, houve total alinhamento com o setor privado. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), em conjunto com suas congêneres da Argentina e do Uruguai, fez um levantamento sobre produtos passíveis de uma “limpeza da TEC” e encaminhou a proposta aos governos. “Foi fruto de um trabalho de um ano, de uma consulta profunda e detalhada”, diz Denise Naranjo, diretora de assuntos de comércio exterior da Abiquim.

Segundo fontes do governo Temer, resta apenas um aval do Paraguai à mudança nas alíquotas, o que deve ocorrer na cúpula de dezembro. A aposta é que, com o corte das tarifas, importadores poderão ter uma economia de custos e ganhar competitividade.

Paralelamente, uma segunda rodada de abertura na indústria química já começa a ganhar forma. Essa nova tentativa de reduções tarifárias tem origem na Argentina. O governo de Mauricio Macri propôs aos sócios do Mercosul a extensão do corte de alíquotas para mais 305 produtos.

Na quinta-feira, 22 de novembro, circular publicada pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) convocou interessados a se pronunciar sobre eventuais mudanças. Manifestações deverão ser enviadas em um prazo máximo de 30 dias. Só com base nas respostas o Brasil vai discutir no bloco se aceitará ou não.

Nesse caso, entretanto, a reação da indústria brasileira foi ruim. Denise Naranjo, da Abiquim, afirma ter sido pega de surpresa e que a proposta é “gravíssima”. De acordo com ela, a Câmara Argentina da Química e Petroquímica também “desconhecia completamente a lista”.

A proposta prevê diminuir todas as alíquotas para 2%. A maioria está em 14%, mas há produtos que pagam tarifa de 4%, 8%, 10% ou 12% para entrar nos países do Mercosul. “Uma redução imediata, como essa, vai levar ao fechamento até de grandes empresas.”

A diretora da associação adverte que, ao diferentemente da lista inicial de 57 itens, a segunda tem grande quantidade de produtos com fabricação nacional. Entre os insumos com proposta de redução tarifária, estão inclusive alguns com direito antidumping em vigência no Brasil – sobretaxa contra as importações de fornecedores que adotam práticas desleais de comércio. Um deles é o ácido cítrico – usado na indústria de alimentos, bebidas, detergentes e antissépticos bucais – vendido por empresas chinesas.

Fonte: Valor Econômico

## Câmbio freou preço industrial, diz IBGE

A baixa do dólar em outubro, com o resultado da corrida presidencial brasileira, reduziu de forma disseminada os preços de produtos industriais nas “portas das fábricas”, sem impostos e fretes. Conforme divulgado em 28 de novembro pelo IBGE, o Índice de Preços ao Produtor (IPP) teve queda de 0,84% no mês, a primeira queda desde julho de 2017 (-1,01%).

Em outubro, o dólar acumulou queda de 7,8% em relação ao real, com investidores vivendo um período de lua de mel com o governo eleito e suas promessas - como a independência do Banco Central, a aprovação da reforma da Previdência, e redução do número de ministérios.

Responsáveis por metade da composição do IPP, os bens intermediários ficaram 0,84% mais baratos em outubro. O câmbio influenciou para baixo preços dessa categoria, como resíduos de extração de soja, celulose e fumo processado, todos cotados internacionalmente.

Também recuaram os preços de bens de capital: 2,60% mais baratos nas portas das fábricas. Uma das principais influências veio dos preços de aviões exportados pela fabricante Embraer. Já os bens de consumo não duráveis reuaram 0,78% em outubro, com baixa de gasolina, carnes e sucos.

A queda de preços foi, contudo, bastante disseminada. Das 24 atividades acompanhadas pelo IBGE, 16 tiveram baixa em outubro, contra apenas quatro do mês anterior. Os alimentos foram os que mais contribuíram para a queda do índice, ao registrarem baixa de 1,99%, retirando 0,36 ponto percentual.

Apesar do resultado, o IPP segue elevado neste ano. O índice acumula alta de 13,04% nos primeiros dez meses do ano e 15,12% nos 12 meses até outubro. Ao longo do período, o IPP foi bastante influenciado pela alta do dólar e pelo aumento de preços de commodities no mercado internacional.

Fonte: Valor

## Medidas que taxam carbono ameaçam competitividade da exportação do país

O Brasil está longe de seus principais clientes na pauta de exportação, seus concorrentes estão bem mais próximos e o país vende produtos de baixo valor agregado. Estes três fatores significam que qualquer mecanismo internacional de redução de emissões de gases estufa tem que ser bem estruturado ou o Brasil corre o risco de perder competitividade.

“Há aspectos de vulnerabilidade”, reconhece o professor André Lucena, um dos autores de um metucioso e inédito estudo sobre o tema encomendado pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) a pesquisadores da Coppe/UFRJ.

O trabalho analisa o impacto, na economia, de diversos mecanismos e medidas como tributos ou mercados de crédito de carbono. Os pesquisadores estudaram os quatro principais produtos de exportação brasileiros: minério de ferro, soja, petróleo e açúcar.

No caso das exportações de petróleo o cenário é um pouco mais benéfico para o Brasil. O país ainda é o menos competitivo em emissões por tonelada exportada aos mercados asiáticos, mas ganha dos países do Oriente Médio quando o alvo são os Estados Unidos.

Siquirj

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

#### Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
e-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

### Diretoria - 2016/2020

#### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Ciro Alves (Vice-presidente)  
Nicolau Pires Lages (Secretário)  
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

#### Suplentes

Wagner Sá  
Jorge Luiz Cruz Monteiro

#### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Carlos Roberto da Silva  
Nélio Augusto Manhães Rodrigues  
Roberto Pinho Dias Garcia

#### Suplentes

Ronaldo Valle Monteiro  
Ubiratan Sá  
Rodrigo Simion Hunger

#### Delegados Representantes junto à Firjan

#### Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Carlos Mariani Bittencourt

#### Suplentes

Isaac Plachta  
Roberto Pinho Dias Garcia